

EMB.DECL. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.757 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -
CEDAE
ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COELHO
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. RECURSO
INTERPOSTO CONTRA DECISÃO
MONOCRÁTICA. ALEGADA OMISSÃO
E OBSCURIDADE DA DECISÃO
EMBARGADA QUANTO A
ATUALIZAÇÃO DOS VALORES
DEVIDOS E A FIXAÇÃO DE
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
INEXISTÊNCIA DE TAIS VÍCIOS. AÇÃO
AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC/1973.
VALOR DA CAUSA DEFINIDO PELO
AUTOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ
OBJETIVA. VEDAÇÃO DO VENIRE
CONTRA FACTUM PROPRIUM.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
DESPROVIDOS.

DECISÃO: Cuida-se de embargos de declaração apresentados pela
Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, em face de decisão
pela qual julguei procedente o pedido formulado nos autos. O *decisum* foi
assim ementado:

“AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. DIREITO
CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ALCANCE DA
IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. ART. 150, VI, ‘A’, DA
CRFB/88. NATUREZA PÚBLICA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E

ACO 2757 ED / RJ

ESGOTO PRESTADOS POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SERVIÇO PRESTADO DE MANEIRA EXCLUSIVA E NÃO CONCORRENCIAL. IRRELEVÂNCIA DO CAPITAL PRIVADO PARTICIPANTE DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA AUTORA. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE NO SENTIDO DE QUE A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ALCANÇA AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS. PRECEDENTES. PEDIDO QUE SE JULGA PROCEDENTE. ”

Alega o embargante a existência de omissão na decisão recorrida, por não contemplar previsão de atualização dos valores pagos à título de tributos federais a serem restituídos à CEDAE. Sustenta, ainda, haver obscuridade na decisão, no que tange à fixação de honorários vez que, segundo a embargante, estes deveriam ser fixados sobre o valor da condenação e não sobre o valor da causa.

É o relatório. Decido.

Ab initio, pontuo que os embargos de declaração opostos contra decisão do relator serão decididos monocraticamente, nos termos do artigo 1.024, § 2º, do CPC/2015, *in verbis*:

“Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente”.

Com efeito, os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão e para corrigir erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015. De fato, necessário salientar que a omissão apta a atrair a incidência dos embargos de declaração só se manifesta quando há tópico juridicamente relevante no pedido que não tenha sido apreciado. Sobre o conceito de omissão, relevante citar Pontes de Miranda (Comentários ao

ACO 2757 ED / RJ

Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2002, p. 322), para quem “a omissão supõe que algo tenha estado na petição, ou na contestação, ou em embargos, ou em qualquer ato de declaração de conhecimento ou de vontade, a que o juiz tinha de dar solução, e tenha deixado de atender” (grifo próprio).

Analizando os autos, entendo não haver qualquer omissão na decisão embargada. Entretanto, a bem da efetiva prestação da tutela jurisdicional e a mero título de esclarecimento, pontuo o que se segue.

Na decisão monocrática que proferi em 11/5/2017, assentou-se expressamente a necessidade de se reconhecer o direito da autora à imunidade recíproca, em relação à ao patrimônio, bens e serviços utilizados na prestação dos serviços públicos que realiza. Reconheceu-se, também, o direito da mesma à repetição dos valores pagos à título de impostos federais nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da presente ação, bem como daqueles em que o fato gerador tenha ocorrido durante seu trâmite.

Diante disso, quanto à previsão de atualização dos valores tributários a serem restituídos à autora, inexistiria omissão quanto ao ponto no *decisum*, pois eventual necessidade de atualização da monta será objeto de fixação pelo juízo competente ao cumprimento de sentença, não cabendo a este Tribunal dispor sobre a questão neste momento processual.

Outrossim, quanto ao pedido de fixação dos honorários sobre o valor da condenação, tenho que o mesmo não merecem ser acolhido. Primeiramente, destaco que o CPC/2015 não deixou de utilizar o critério do valor da causa como instrumento de mensuração do valor dos honorários advocatícios, ainda que o tenha feito subsidiariamente ao valor da condenação ou do proveito econômico obtido. É o que decorre do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Mas, o mais importante, destaco que a ação foi ajuizada ao tempo do CPC/1973, quando se utilizava o valor da causa como critério para fixação do valor dos honorários advocatícios. Frise-se que, à época, o valor da causa foi indicado pela própria autora em R\$ 100.000,00 (cem mil reais),

ACO 2757 ED / RJ

não sendo objeto de posterior alteração ou impugnação, tendo sido esse o parâmetro utilizado, inclusive, para recolhimento de custas judiciárias.

Dessarte, tratando-se de valor inicialmente atribuído pelo próprio autor no momento de propositura da petição inicial e tendo sido esse parâmetro utilizado durante todo o trâmite processual, utilizar critério diverso apenas para a fixação dos honorários advocatícios atentaria contra o princípio da boa-fé objetiva, da qual deriva o subprincípio da vedação do *venire contra factum proprium* (proibição de comportamentos contraditórios).

Ex positis, **desprovejo os presentes embargos de declaração.**

Publique-se. Int..

Brasília, 30 de junho de 2017.

Ministro **LUÍZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente